

Argentina: A reestruturação da dívida externa

FONTE: [Herramienta](#) | 05/08/2020 | TRADUÇÃO: Charles Rosa

Depois de haver efetuado a quinta oferta com a tentativa de regularizar o endividamento externo com os portadores de títulos em moeda estrangeira, o Ministro da Economia indicou que se chegou a um acordo com o Grupo Ad Hoc de Portadores de Títulos Argentinos (que encabeçam Black Rock, Fidelity e Ashmore), o Comitê de Credores da Argentina (liderado por Greylock) e o Grupo de Portadores de Títulos de Câmbio (que inclui a Monarch, HBK, Cyrus e VR).

O acordo, segundo os transcendidos, se localizaria no pagamento de USD 54,8% por cada USD 100 endividados. A proposta foi registrada ante a Security and Exchange Commission (a Comissão de Valores dos EUA) e incluiria vencimentos entre os anos 2030 e 2046, estabelecendo compromissos por um longo período para adiante de vinte e cinco anos.

Assim mesmo se estabeleceu um levantamento de capital de somente 1,9% e taxas de juros que vão de 0,126% até 4,125%, que começarão a ter efetividade a partir de 2021 com taxas iniciais de 0,126% anual.

Com relação à proposta original efetuada por Martín Guzmán no mês de abril passado, quando oferecia USD 40 por cada lâmina de USD 100 o fechamento de acordo atual implica que os credores cobrarão USD 17 bilhões adicionais com relação à proposta original.

Definitivamente resulta evidente que os grupos credores não perderam, mas que somente ganharão um pouco menos que o previsto nos contratos originários, levando em conta que a diminuição do capital endividado é somente de 1,9% e que as taxas de juros são elevadas quando no mundo se encontram em

mínimos históricos e em alguns países europeus são inclusive negativas.

Esta negociação que pode considerar-se não amigável, incluiu somente uma parte do endividamento externo argentino que havia chegado, no período macrista, a 93,3% do PIB, dado que ainda falta negociação com o Fundo Monetário Internacional, definitivamente “o vilão do filmete”, dado que é o organismo que costuma impor severas cargas, tanto econômicas como políticas, na reestruturação das dívidas.

Finalmente, nada pode fazer pensar que no futuro não se torne a repetir a situação traumática que desembocou no acordo recente. Esta estrutura herdada é incapaz de sobrepor-se às limitações estruturais que reiteradamente desembocam na “restrição externa”. O setor governante atual demonstrou que é incapaz de elaborar estratégias políticas e econômicas que contenham certo grau de independência, por sua debilidade ideológica e sua subordinação estrutural frente ao capital multinacional e ao setor internacionalizado da burguesia local.

Ficará, uma vez mais, para que no futuro os setores subalternos reveja o beco sem saída do endividamento externo, que opera como uma barreira inseparável numa estrutura econômica que reproduz a dependência do país com os capitais internacionais e locais mais concentrados.

Alberto Wiñazky é economista, integrante do conselho de redação de *Herramienta*